



Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
Rua São Bento, nº 405
Centro Histórico de São Paulo
Telefone +55 (11) 3243-1255
portaldolicenciamentosp.com.br



Alvará de Execução de Demolição Total
NÚMERO DO DOCUMENTO: 2554-21-SP-DEM

| | | | |
|---|--|--|--|
| NÚMERO DO PROCESSO SEI 1020.2021/0006821-0 | | CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO e9qhx9jh | |
| PROPRIETÁRIO(S) | | | |
| 1 - VÍNCULO Proprietário | | | |
| NOME/RAZÃO SOCIAL Sei Novo Negócio 36 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda | | CPF/CNPJ 20.411.415/0001-65 | |
| NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Antonio Setin | | CPF DO REPRESENTANTE LEGAL 666.998.948-20 | |
| ENDEREÇO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1830, 1830, Vila Nova Conceição | | | |
| INFORMAÇÕES DA OBRA | | | |
| CONTRIBUINTE 036.023.0041-2 | CODLOG 12651-9 | CEP 04001-002 | |
| ENDEREÇO RUA MANUEL DA NOBREGA | NUMERAÇÃO PREDIAL 746 | BAIRRO Vila Mariana | |
| SUBPREFEITURA PRVM - Subprefeitura Vila Mariana | | | |
| ZONA DE USO ZC | | | |
| RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) | | | |
| 1 - VÍNCULO Responsável Técnico pela Demolição | | | |
| NOME ANTONIO SETIN | NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE A4315-0 | CCM 52454495 | |
| CARACTERÍSTICAS DA SOLICITAÇÃO | | | |
| BLOCO(S) EXISTENTE(S) 1 Bloco(s) | PAVIMENTO(S) - COM BASE NO BLOCO QUE POSSUI A MAIOR QUANTIDADE 2 Pavimento(s) | | |
| ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE 148.00 m² | ÁREA A SER DEMOLIDA 148.00 m² | | |
| AMPARO LEGAL | | | |
| 1. Lei nº 16.642 de 9 de maio de 2017 – Código de Obra e Edificações (COE). | | | |

- 2. Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016 – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS).
- 3. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

NOTAS

- 1. O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.
- 2. Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.
- 3. O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
- 4. Após a demolição total da área construída deverá ser solicitado o correspondente Certificado de Conclusão.
- 5. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
- 6. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o Imóvel não está enquadrado como potencialmente contaminado, suspeito de contaminação, contaminado ou em monitoramento ambiental. Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanção de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual nº 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13.
- 7. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não existem árvores no lote.
- 8. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não será necessário o manejo arbóreo para a execução da Demolição.
- 9. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o imóvel não está sujeito a restrições relativas à preservação cultural.

DECLARAÇÕES

- 1. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o Imóvel não está enquadrado como potencialmente contaminado, suspeito de contaminação, contaminado ou em monitoramento ambiental. Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanção de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual nº 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13.
- 2. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não existem árvores no lote.
- 3. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o imóvel não está sujeito a restrições relativas à preservação cultural.
- 4. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.

RESSALVAS

- 1. Nos casos em que o canteiro de obras margear o alinhamento será obrigatório o seu fechamento por alvenaria ou tapume com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), que não poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público, nos termos do item 1.1.1 do Anexo 1 da Lei nº 16.642/17, e do item 1.A.3 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17. Quando for executada obra na faixa de até 1,20m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento, será obrigatório também o avanço do tapume sobre o passeio público, mediante emissão de Alvará de Autorização específico, nos termos do item 1.A.4 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17.

DEFERIDO POR

| | | |
|------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| UNIDADE SMUL/SERVIN | DATA DE DEFERIMENTO 18/07/2023 | DATA DE PUBLICAÇÃO 19/07/2023 |
|------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|

Este Alvará de Execução perde a eficácia se as obras de demolição não forem concluídas dentro do prazo de 2 (dois) anos contados a partir da data da publicação.